

---

Ata Audiência Pública da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT., para discussão sobre a Construção da Usina Hidroelétrica-UHE Boaventura, no Rio Garças.

Aos 10 (dez) dias, do mês de agosto, do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14:00 horas, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, população em geral, autoridades e demais segmentos sociais para participarem da Audiência Pública para a discussão de assuntos alusivos aos possíveis impactos socioambientais, decorrentes da construção da Usina Hidroelétrica-UHE Boaventura, no Rio Garças. O assessor jurídico desta Casa Dr. Heros cumprimenta a todos os presentes e informa o motivo dessa Audiência Pública e ainda que o Sr. Presidente Miguel Moreira da Silva precisou realizar uma viagem para tratar de assunto de interesse do município e por isso o deixou autorizado para conduzir os trabalhos. Então, ele pronunciou a seguinte frase: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo barra-garcense, declaro aberto os trabalhos”. Após a execução de um trecho Bíblico e do Hino de Barra do Garças, mostrando imagens da cidade, o Assessor Jurídico convida para compor a Mesa Diretora, o Sr. Dr. Silvio Colturato-Coordenador do Curso de Ciências Biológicas da UFMT, a Sra. Cinara Cristina de Moraes-Representante do Roncador Expedições Ecoturismo e o Sr. José Roberto Borges Moreira-representante do IBAMA. Em seguida, destaca a presença das seguintes autoridades: Sr. Marco Antônio Vieira de Moraes-representante do IFMT, Sr. Olavo Vieira de Oliveira-Coordenador do Curso de Agronomia do UFMT, Sr. Glauco Vieira-representante da Comissão da OAB de Proteção de Defesa dos Direitos dos Animais, o Sr. Deusdete Gomes da Silva-Representante do Rotary Club Barra do Garças e Águas Quentes, o Sr. Ciro Gomes de Freitas-Representante da ONG Guardiões da Terra e S.O.S Araguaia, a Sra. Fátima Miranda de Brito-Diretora Executiva da ONG Guardiões da Terra, Sr. Magno Silvestre-Professor da UFMT, o Cacique Mariano da Aldeia Nossa Senhora das Graças, o Dr. Leonardo da Mota-Representante da OAB/MT, o Cacique José Maria da Aldeia São Marcos, o Vice Cacique Lúcio da Aldeia Cristo Reis e o Sr. Genésio da Aldeia Imaculada Conceição. Então, o Dr. Heros continua os trabalhos e diz. Chegou à Câmara Municipal uma solicitação formulada pelo

Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República no Município de Barra do Garças, pelo Ofício nº 846/2016/MPF/BDG/MT/WRA e com referência ao Inquérito Civil nº 1.20.004.000049/2013-15, por isso convidamos a população em geral, autoridades e demais segmentos sociais, para participar da Audiência Pública que hoje se realiza. Para uma melhor condução dos trabalhos, após a fala dos vereadores por três minutos cada, será concedida a palavra primeiro ao representante do Ministério Público Federal pelo prazo de quinze minutos, em seguida ao representante da empresa, no prazo de trinta minutos e aos representantes das entidades, no número máximo de dez, pelo prazo de dez minutos cada, os quais, podem se inscreverem junto à servidora Edina e ao final será dada a palavra aos populares para perguntas e sugestões. Assim, tendo sido esta Audiência convocada com o escopo principal de ouvir a população, eu peço a todos que respeitem o tempo de fala, a fim de que não seja prejudicado o tempo destinado a esta população. O principal objetivo dessa Audiência é ouvir a opinião da população. Os palestrantes que quiserem usar da palavra terão a função de primeiro esclarecer a todos sobre o que está acontecendo para que a população possa decidir por si mesma os rumos que querem que nosso município tome, por isso peço a colaboração daqueles que querem falar para tentar ser um pouco mais breve, para que a palavra seja usada principalmente pelos populares. Iniciando o uso da palavra, o Vereador João Rodrigues de Sousa comenta que existem hoje, mais de sete bilhões de bocas a serem sustentadas, vestidas e cuidadas. E ainda, que se deve tratar de todos esses seres humanos e ter olhos para suas necessidades, mas sem esquecer de que o preço para isso não pode ser a destruição do planeta. Esse é o espectro que está por trás da discussão dessa Usina. Não se trata de se discutir sua instalação ou não, mas sim o tipo de desenvolvimento que todos querem. Os homens públicos presentes aqui estão muito mais para ouvir as opções e percepções em práticas públicas. Que todos se sintam a vontade e que possam participar sem nenhum limite das discussões que serão travadas aqui. Após a fala do Vereador, o Assessor Jurídico convida o Sr. Fernando, representante da SEMA para também compor a Mesa. Logo depois, o Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto diz. Boa tarde a todos. Eu entendo que a Câmara de Vereadores

de Barra do Garças deva na próxima semana apresentar uma Moção de Descontentamento para Empresa que não se fez presente indicando que ela não tem interesse nessa discussão de maneira satisfatória. A alegação da empresa foi que ela cumpriu a norma e a regra ao realizar as outras Audiências Públicas e que essa de hoje não fazia parte do seu calendário e por isso não estariam aqui conosco. Lembrando que a Câmara atendeu a um pedido do Ministério Público Federal para que realizasse a Audiência Pública, para que a mesma pudesse subsidiar decisões do Ministério Público Federal. Então, eu peço aos meus pares que na próxima semana, no mínimo apresentemos uma Moção de Descontentamento à não presença da empresa nesta Casa de Leis para debater um assunto tão sério e que irá mexer com a vida das pessoas de maneira geral, irá também alterar o ciclo da vida em nossa cidade e em torno dela, tendo em vista que fazer uma barragem significa mudar o curso de um rio, a vida das espécies que compõe esse rio e significa mudar a vida das pessoas que residem nos municípios de Barra do Garças, General Carneiro e regiões circunvizinhas. A Câmara Municipal tem o dever de apontar caminhos e fazer uma discussão sem paixão, mas com objetividade, clareza e baseada em dados concretos, científicos e acadêmicos que nos deem a condição de fazer uma defesa séria de Barra do Garças, do rio que banha as nossas terras e também que tenhamos com isso a decisão cidadã de dizer “Não” a um investimento que parece apenas beneficiar a empresa. A relação custo/benefício não é muito satisfatória e para que haja um investimento dessa natureza é necessário que essa relação seja muito bem estabelecida. Em nome da terra, da natureza, de Barra do Garças e das cidades que compõe nossa região de antemão digo “Não” à presença da Usina em Barra do Garças e entendo que nós devemos estar muito juntos nessa decisão. O melhor caminho a ser tomado é dizendo “Não”. O investimento é bom, mas nós não precisamos somente de investimentos, nós precisamos de vida e em abundância. Sem demora, o Assessor Jurídico agradece a presença do Cacique Eneuvindo da Aldeia Meruri, o qual veio com uma delegação de sessenta indígenas. Posteriormente, o Vereador Geralmino Alves Rodrigues Neto faz suas considerações. Ele diz que hoje será uma discussão sobre o futuro da população, pois se trata de um problema muito sério. Lamenta não ter

nenhum representante da empresa e que se deve buscar maneiras legais de trazer alguém dessa empresa para que a discussão seja mais correta. Essa situação mexeu com toda a população, cada cidadão barra-garcense, toda a região do Vale do Araguaia e até nosso país, pois todos sabem as condições do rio Garças, hoje em dia. Ele espera que se faça uma grande Audiência e a Câmara está aberta a todos para discussão. Logo em seguida, o Assessor Jurídico Dr. Heros convida o Sr. Eduardo Borges Milhomem, servidor do Ministério Público Federal para se pronunciar. Ele repete seu nome e se apresenta como Analista do Ministério Público da União, lotado no Ministério Público Federal de Barra do Garças. Diz que veio a essa Audiência para fazer esclarecimentos a respeito da posição do órgão que representa nesse caso em questão. Ele leu memoriais redigidos pelo o Procurador da República Dr. Wilson Rocha Fernandes, o qual, não pôde estar presente, em razão dos compromissos que firmou antes da Audiência de hoje. Em um dos documentos o Procurador Dr. Wilson deixa claro que além de diversos pontos preocupantes no Inquérito Civil nº 1.20.004.000049/2013-15, que diz respeito à instalação dessa Usina no Rio Garças, eles demandam além de esclarecimentos técnicos aprofundados, um maior debate junto à sociedade civil. Esse debate se justifica pelo fato de que em empreendimentos de significativo impacto ambiental, o órgão que concede a licença dispõe sobre o bem que é da sociedade e não da Administração Pública. Dessa forma, a decisão sobre a instalação ou não do empreendimento em última instância deve caber à sociedade, tendo em vista que o meio ambiente é bem de uso comum do povo, cuja proteção é dever de toda coletividade nos termos do Art. 225, *caput*, da Constituição Federal. O Analista também leu trechos do Relatório de Impactos Ambientais. Ao final da leitura, o Analista lê o trecho em que o Ministério Público Federal solicita a essa Casa de Leis, responsável pela organização do presente evento, o encaminhamento à Procuradoria da República do município de Barra do Garças, da Ata e da gravação de áudio da presente Audiência Pública. A seguir, o Dr. Heros informa que esse momento é a hora da empresa falar e pergunta se veio algum representante da empresa. Ninguém se manifesta. Então, o Assessor Jurídico diz que por telefone um representante da empresa informou que a

complexidade do tema exige para a sua apresentação, o deslocamento de equipe multidisciplinar composta de cerca de quinze pessoas, o que apesar de sua vontade, impossibilita os preparativos para o comparecimento da mesma no curto espaço de tempo entre o recebimento do convite e a data da Audiência. A empresa salientou ainda, que já promoveram diversas Audiências Públicas e em data recente compareceu a uma convocada pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças, por fim colocou-se a disposição para o esclarecimento de dúvidas e comparecimento em futuros eventos. O Assessor comenta ainda que sobre a questão do tempo, todos foram convidados no mesmo tempo e todos vieram, mas que esse é um direito da empresa. Nesse momento, o Assessor diz que a palavra será usada pelos representantes das entidades e que inicialmente tinha-se reservado para essas falas cem minutos, com dez minutos para cada. Como a empresa não veio sobram os seus trinta minutos. Assim, o Assessor Jurídico pede para os representantes das entidades que tentem falar somente nos dez minutos mesmos para que a palavra seja aberta a população o mais rápido possível. Mas, que se precisarem de um tempo a mais, terão ainda esses trinta minutos de reserva. Anuncia então, que o primeiro a fazer o uso da palavra será o Professor Dilermando da UFMT. O mesmo diz que irá fazer uma palestra rápida para mostrar os problemas que a população irá enfrentar. De antemão avisa que não é somente uma hidrelétrica proposta para o rio Garças, mas treze no total. Para toda a bacia do Araguaia são oitenta e uma. Para essa região são cinquenta e uma. Em seguida, o professor mostra slides e faz as explicações relacionadas aos impactos negativos dessas hidrelétricas no que tange principalmente, ao que ele trabalha. Os peixes. Seguidamente, a Sra. Nayane Garcia do Carmo, representante da UNE também faz uso da palavra. A mesma diz que enquanto representante de toda juventude de Barra do Garças vem a essa Audiência demonstrar o grande repúdio a essa ideia de construção das hidrelétricas, no tão amado rio Garças. Seguidamente, o Dr. Heros agradece a presença da Dra. Zenilda Deodora, membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT Barra do Garças. O próximo a ser convidado pelo Assessor Jurídico para fazer uso da palavra é o Sr. Adriano do povo indígena Bororó Meruri. O mesmo diz ser recém-formado em Direito pela UFMT e mestrando em

Antropologia. Afirma que representa a voz do Rio Garças pedindo socorro, liberdade e saúde e continua dizendo. O rio Garças para os indígenas é um espírito porque lá mora o espírito das águas, o boto também é um espírito para nós. A lagoa que também é alimentada pelo rio Garças é um cemitério para nós porque lá foram enterrados nossos ancestrais e destruí-la fere nossos sentimentos e nosso modo de ser, fazer e viver. Nessa lagoa é onde fazemos nossos rituais tradicionais e culturais. Se mudarem o curso da água pode ser que esse rio seque. É a mesma coisa que destruir um túmulo para nós. É nos ferir. Os impactos indiretos que falam os empreendedores, não são indiretos, mas sim, diretos para nós porque todo o nosso sistema organizacional está ligado com o nosso parente rio, nossos irmãos árvores e ainda os parentes, o vento, o sol e outros. Se colocarem uma hidrelétrica no rio estarão aprisionando um parente nosso, dessa forma o rio tem que estar livre e com saúde para nós podermos fazer uma boa pescaria, uma boa caçada e coletar nossas ervas medicinais, na beira do rio. Todos os rios que estão em nosso território têm um significado, um ser e um espírito. Portanto, o impacto é direto, não existe impacto indireto. Estamos aqui pintados e ornamentados porque estamos preocupados, tristes e em guerra com eles. Até o último guerreiro que existir, nós estaremos lutando ali para que não seja construída essa hidrelétrica. Logo depois, a Dra. Márcia Cristina Pascoto, professora da UFMT faz uso da palavra. Ela diz que é doutora em Zoologia e analisando o relatório e o estudo de impacto ambiental encontrou falhas em alguns pontos que precisavam ser esclarecidos e afirma que irá explicar sobre isso a todos os presentes. Confirma que com a construção da hidrelétrica ocasionará a perda de diversidade de animais, em nível de espécies, indivíduos, habitats e também material genético para o sucesso de populações futuras. Diz que as medidas mitigatórias apresentadas pela empresa não são muito claras. Deixa claro ainda, que com a construção dessa hidrelétrica haverá a perda faunística dessa região, muitos animais morrerão afogados. Irão perder seus habitats e vão ser predados por outros animais, caçados e ainda mortos quando chegarem às casas fugindo dessa destruição. Sabe-se também que não será possível resgatar todos os animais na fase de enchimento do reservatório. A hidrelétrica não se propõe a

olhar para esse ponto. Além disso, ela deveria arcar com todas as despesas financeiras para tratamento e manutenção dos animais que forem resgatados e estiverem machucados e que certamente não conseguiriam mais voltar para a natureza. Então, observando todas essas falhas no relatório de impacto ambiental deixa claro que essa empresa não tem preocupação com esse grupo animal. Logo depois, o Sr. Presidente registra a presença do Sr. Leandro Cardoso, Vereador da cidade Pontal do Araguaia. Depois ele convida o Dr. Leonardo Carvalho da Mota, representante da OAB para também se manifestar, o mesmo diz que representa a Comissão de Proteção aos Direitos dos Animais da OAB de Barra do Garças e também há aqui hoje, um representante da Comissão do Meio Ambiente da OAB, a Dra. Zenilde. De imediato, diz que a OAB está a disposição de todas as instituições presentes para atuar como uma parceira no que diz respeito a esse caso. Cita ainda que causa muita preocupação à OAB o fato de que dentre aquelas espécies que foram apresentadas no Relatório, somente entre os mamíferos parece que há sete espécies ameaçadas de extinção que irão sofrer essas consequências. E afirma também, que de fato não está sendo apresentado com detalhes esclarecedores como irá ser feito esse trabalho de preservação do meio ambiente e que ainda tem muitos pontos obscuros que precisam, realmente serem esclarecidos. A OAB está à disposição da população e isso é um compromisso social da instituição. Irão acompanhar tudo de perto. Em seguida, o Sr. Presidente dessa Audiência informa que acabou de chegar um ofício do Promotor de Justiça Sr. Marcos Brant solicitando lavra de Francisco Cândido da Silva, Presidente da Associação Amigos dos Animais para que seja apreciado o pedido para que o Dr. Dilermando Lima Júnior, professor da UFMT faça uso da palavra na Audiência Pública designada para o dia 10/08/2016. Acatado o pedido, o Sr. Presidente passa a palavra ao Professor Dilermando, novamente. Então, o Professor dessa vez em sua fala mostra slides e explica de novo, os impactos da hidrelétrica no rio Garças. Posteriormente, o Sr. Presidente convida o Sr. Carlos Henrique da Silva, representante da FUNAI de Barra do Garças que assiste o Povo Xavante. Em sua fala ele diz. A FUNAI é um órgão interveniente no processo de licenciamento ambiental, ou seja, ela tem que manifestar

oficialmente, qual a sua posição. Quero lembrar que a FUNAI não foi comunicada da Audiência Pública do empreendedor, mas nessa de hoje, a Câmara nos convidou. Nós, da FUNAI ficamos sabendo desse empreendimento no início do processo. O empreendedor passou o processo para SEMA e ela reconhecendo que haveria áreas indígenas afetadas encaminhou para a FUNAI em um ofício pedindo sua manifestação. Então, a FUNAI fez um termo de referência para o empreendedor para realizar um estudo na área indígena, a FUNAI identificou assim, que a terra indígena Meruri sofreria o impacto direto, portanto teria que haver um estudo “in loco” com dados primários. Esse estudo é o chamado Estudo do Componente Indígena, ou seja, entender em que medida e circunstância que a hidrelétrica iria impactar a vida do povo Bororo e a terra Xavante. Como a Aldeia São Marcos entrou no processo como a terra que irá ser atingida indiretamente, a FUNAI de Brasília entendeu que serviria apenas dados secundários. Esse estudo ainda está em andamento. A empresa contratada pelo empreendedor ainda não encaminhou esse estudo do componente indígena e de acordo com a FUNAI de Brasília, o EIA-RIMA deve ser apresentado de modo completo. A FUNAI queria perguntar a alguém da SEMA o por que de nós fazemos uma Audiência Pública para apresentar o EIA-RIMA ou para conseguir a licença prévia, se o estudo de componente indígena ainda não foi concluído? Esse é o questionamento da FUNAI. Tem que deixar claro que a SEMA é o órgão licenciador. Não é a FUNAI e nem o IPHAN. Se a SEMA entender que esse estudo é o suficiente, ela pode sim fornecer a licença prévia. Mas, nós esperamos que a SEMA tenha a consciência que as comunidades indígenas vão sofrer o impacto sim, muito grande e talvez, irreversível. O IPHAN também deve ser ouvido. Na sequência, a Sra. Elídia Paula Cristino Bernardes da Silva, coordenadora da Escola Estadual São Miguel diz que está representando as escolas estaduais do município e afirma que o processo tem um caminho que está sendo tramitado e há alguém que irá defender e aprovar. Se todos como população têm o direito da democracia, já existe a resposta, que é Não. Não a toda essa barbaridade. Diz ainda que, o primeiro passo para que o processo possa seguir a diante tem que ser com a autorização da SEMA e se ela é um órgão público que representa o povo e não



barrar esse primeiro passo, a largada será dada. E afirma que irão cobrar da SEMA. Agora, o Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Fernando Saldanha Farias, representante da SEMA. O mesmo diz que representa a SEMA regional que compreende as cidades de Ponte Branca até Gaúcha do Norte e que a SEMA de Barra do Garças não está acompanhando diretamente esse processo no rio Garças. É a SEMA de Cuiabá que está fazendo isso. Diz ainda que não está contra ninguém e que é morador daqui e quer o bem de sua cidade. Acha que tudo isso deve ser levado de forma moderada e deve ser acompanhado, revisado e analisado porque os impactos negativos superam os positivos. Esse é o posicionamento da Regional daqui. E deixa claro que irá acompanhar todo esse processo de perto. Em seguida, a Dra. Zenilda Teodoro Silva, Vice Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB também se expressa. Declara que todos da Comissão estão muito preocupados, mas acompanhando todas as ações que acontecem nesse sentido. Não querem que o rio das Garças morra e muito menos toda a biodiversidade que lá existe. Diz que faz parte do Greenpeace e que há pouco tempo conseguiram cancelar a licença para a construção de uma hidrelétrica no rio Tapajós e foi o povo que conseguiu isso. Posteriormente, o Sr. Deusdet Gomes da Silva, representante do Rotary Club Barra do Garças Águas Quentes diz que os rotarianos jamais iriam se negar em participar dessas mobilizações e de buscar todos os mecanismos para que a sociedade organizada pudesse dar resposta a esse empreendimento que ninguém quer que aconteça no rio Garças, por isso os integrantes do Rotary formaram um grupo de estudos e grupo na rede social “WhatsApp” e começaram a fazer toda essa mobilização. O Rotary oferece a opinião de se fazer um grande abaixo assinado e de apresentar ao Ministério Público uma grande ação civil pública contra essa barragem que quer destruir os rios das Garças e Araguaia. É importante lembrar que essa barragem também irá destruir fontes de águas termais aqui da região. Ele também frisa que a Igreja Católica também se declarou contra esse projeto. Subsequentemente, a Sra. Marina Valadão, representante dos estudantes secundaristas de Barra do Garças faz uso da palavra. Declara o repúdio de quem ela representa, por esse mau investimento e por uma energia que além de não ser limpa, não é barata e não vem sendo

apoiada pela população indígena, ribeirinhos e nem pela sociedade civil. Seguidamente, a Sra. Adriana Queiroz do Nascimento Pinhorati, representante da Associação de Docentes da UFMT também se expressa. Fala que a Associação com certeza se posiciona contrária a uma obra de tamanho impacto no rio das Garças, pois além de todos os impactos já ditos aqui hoje, há também o impacto na sociedade. Como, por exemplo, em uma hidrelétrica que foi construída próxima a Chapada de Guimarães, onde puderam participar dos estudos feitos lá, os ribeirinhos que lá moravam foram orientados a serem agricultores. Uma realidade totalmente diferente do que viviam. E deixa claro que todos da Associação são totalmente contrários a esse Projeto. Por último, o Sr. Ralf Reis, representante da empresa Roncador Expedições também faz uso da palavra e diz que o Ecoturismo está crescendo cada vez mais e é uma fonte de renda muito importante e igualmente será impactado com esse Projeto. Pergunta aos Vereadores se eles irão deixar jogarem no lixo um setor econômico que cresce de 15% a 25% ao ano e que gera renda. Pede uma atenção especial porque o município precisa ter um ordenamento turístico. Lembra que hoje há outras alternativas, pois já existem mais ou menos no município de Barra do Graças, dez residências que gera sua própria energia e ainda joga energia para a rede e para o sistema nacional. É necessário incentivar essa ideia para a população, talvez por um desconto no IPTU, mas deve-se buscar outras alternativas de geração de energia. O Sr. Presidente em seguida, registra que agora irá para a próxima fase dessa Audiência Pública que é ouvir as opiniões, perguntas e sugestões da população. Então, o primeiro a se manifestar é o Sr. Geturlino, o qual, diz. Sou pescador profissional, nascido e criado aqui na Bacia do rio Araguaia e rio Garças. A minha pergunta é sobre a Piracema do peixe porque ele tem o roteiro dele para fazer a desova, se ele não conseguir passar por esse estágio, não faz a desova. Então, ele irá fazer igual uma mulher gestante que chega num certo período, ela aborta. Vai acontecer isso com o peixe. Portanto, isso tudo irá afetar na redução dos peixes e o assoreamento do rio Araguaia. Então, a minha pergunta é como vai ser feita a Piracema? Inclusive há peixes como o filhote, pirara, o jaú e outros que são todos criados no rio Garças e se construir essa barragem, todos esses peixes serão impedidos

de procriar na Piracema. O Sr. Presidente então, diz que essa pergunta é mais direcionada ao Professor Dilermando. Portanto, o mesmo responde dizendo. Basicamente, quando se introduz a barragem é quebrada a rota de migração, por exemplo, o peixe que usava o rio Garças como um lugar de desova, não irá usar mais. Então, tem duas alternativas para o peixe nesse caso, ou ele não desova naquele ano, ou ele procura outro local. Mas, o ponto é que nós temos que identificar quais locais são importantes para os peixes se reproduzirem, uma vez que se identificou esses locais tem que ser preservados. Então, primeiro. O que vai acontecer? Vai barrar. Não iremos ter mais subidas dos peixes, no caso, do rio Araguaia para o rio Garças. Consequentemente, o recrutamento, ou seja, os filhotinhos dos peixes que desciam do rio Garças não vão chegar ao rio Araguaia. O que nós temos que realmente pontificar é: Quais são esses rios importantes para manter a chegada de novos indivíduos no rio Araguaia e consequentemente manter a pesca. Uma vez descoberto esses rios, nós temos que preservá-los para manter esse serviço ambiental, ou seja, os serviços que a natureza presta para nós e ela não cobra nada por isso. E a pesca é um serviço ambiental. Então, a Piracema vai ser prejudicada. Depois dessa explicação, o estudante de Ciências Biológicas Herbert diz. Tem dois anos que eu trabalho com os mamíferos daqui da Serra Azul. A minha pergunta era voltada para empresa, mais especificamente para quem realizou o EIA na parte dos mamíferos, mas eu vejo que não tem ninguém para responder. No entanto, primeiramente, eu vou perguntar quando que vai ter um representante da SEMA responsável pela área? Porque, me desculpe, mas o senhor não pode nos ajudar muito. A minha pergunta se volta especificamente, no número de câmeras que eles usaram porque em um parágrafo do relatório, eles são muito contraditórios. Eles falam uso de câmeras no plural e em algumas linhas abaixo falam no singular. Então, eu fiquei na dúvida se é uma câmera ou várias. E em relação aos números de esforço amostral que eles apresentaram, se foi somente uma câmera, não batem, então são mentirosos. O Sr. Presidente, nesse momento diz. Todos que vieram, que foram convidados, vieram de boa vontade, inclusive o representante da SEMA, eu pediria que evitasse agressões e esses tipos de críticas porque a Audiência é para buscar soluções não para procurar

mais conflitos. Então, o Sr. Fernando responde dizendo. Como eu disse naquela hora, eu estou aqui representando a SEMA Regional de Barra do Garças e região. Na verdade, eu fico limitado porque não estou acompanhando esse processo. O que poderia ser feito? Não sei se já foi feito. Deveria ter oficiado a SEMA de Cuiabá para estarem aqui presentes. Esse deveria ter sido o caminho. Não sei se foi feito e eles se recusaram a estarem aqui. Mas, em relação ao ofício que foi encaminhado para mim, eu estou aqui presente. Porém infelizmente, eu não posso responder a maioria das perguntas que foram direcionadas a mim com relação a esse empreendimento. No mesmo instante, o estudante pede desculpas se pareceu agressivo, mas a crítica não era ao Sr. Fernando, mas à própria SEMA que deveria demandar. Agradece ao Sr. Fernando por estar presente e acredita que ele está de boa vontade, mas a SEMA deveria como órgão ambiental enviar alguém com estrutura suficiente para responder. Em seguida, o Sr. Lúcio Xavante vai a Tribuna e diz. Eu sou Presidente da Organização Indígena Xavante e 2º Secretário da Federação e Organização dos Povos Indígenas de Mato Grosso. Quando nós soubemos dessa construção da Usina Hidrelétrica Boa Ventura no rio Garças, como eu falei no dia 04, na Audiência Pública, enquanto ausência do componente indígena não teria que ter prosseguido esse estudo sobre impacto ambiental. Ele irá atingir diretamente o nosso parente Bororó no rio Garças e o Meruri também. Na Audiência anterior, eu falei que nós não queremos o rio Garças morto, nós queremos rio Garças vivo. Como já houve outros problemas de barragem, como em o de Mariana, como a empresa se caso proceder a construção vai garantir a vida da população, seja barra-garcense, do General ou dos indígenas. Era isso que eu queria perguntar. Uma pergunta minha para todos os componentes da Mesa, enquanto cidadão e representante da organização da Federação do Estado dos Povos Indígenas em Mato Grosso. Eu gostaria de ter isso claro. Alguém que possa esclarecer melhor para o nosso parente que vai ser atingido direto. Então, o Sr. Presidente responde que essa é uma pergunta que a empresa deveria responder, como ninguém veio, pergunta no Plenário se há alguém que se acha apto a responder. O Sr. Presidente diz, então. Como não existe ninguém apto a responder fica como um alerta e uma sugestão. A opinião irá constar, o

Ministério Público irá tomar conhecimento dela e em algum momento esse representante irá ter que responder essa pergunta porque ela vai estar em ata e irá para um processo judicial. Prontamente, o Sr. Lúcio Xavante pergunta ao Assessor Jurídico Dr. Heros, se não tem como esse projeto buscar uma outra alternativa, isso que ele gostaria de perguntar a empresa, pois esse projeto é muito arriscado. Diz que não querem em nenhum momento vender suas vidas para esse grande projeto do Estado Brasileiro. No mesmo instante, outro participante faz uso da palavra e diz. Boa tarde a todos. Meu nome é Cléber Fabiano, eu sou professor universitário. A minha pergunta é para o meu colega Dilermando. Uma questão que a gente sempre busca, eu trabalhei num órgão ambiental do Estado também e nós temos uma PCH Paranatinga II, no município de Paranatinga, a qual foi feita diante de uma série de manifestações contrárias e depois de construída chegou-se a conclusão de que ela não foi eficaz. Ela tem a geração por três turbinas e na maior parte do tempo funciona apenas com uma, por déficit hídrico. Há uma deficiência e prejudicou muito o rio Kuluene. Ela está inserida no rio Kuluene. São vários projetos de PCH na região do Araguaia e do Garças que pega toda essa macrorregião. O senhor tem conhecimento se há um estudo, apesar de que deveria ser alguém da empresa a responder, mas como não estão, a respeito dessa capacidade de geração? Se isso foi feito ou se no EIA-RIMA que o colega disse que está mal e porcamente feito, se existe essa questão impactante porque o Garças na minha humilde opinião, não sou especialista na área, a minha área é jurídica, mas ele está agonizando. Eu não sei qual a forma de estudo que foi feito para a implantação de uma PCH, num rio que está agonizando. No mesmo instante, o Professor Dilermando responde dizendo. Eu não tenho os dados em mãos para falar se é viável ou não, então vou tentar criar cenários. Eu acho que minha briga maior é essa. É nós termos que fazer esse zoneamento. Então, tem algum estudo que propõe esse zoneamento de ocupação? Não! Qual é a jurisprudência disso? No Pantanal no ano de 2014 começou-se a pressão por construção de pequenas centrais de hidrelétricas nas cabeceiras do Pantanal e lá, o Ministério Público Federal conseguiu barrar, pois eles disseram que tinham que fazer o zoneamento porque o Pantanal é muito importante. Em relação, a capacidade

da hidrelétrica gerar energia é difícil dizer se é viável ou não. Eu acredito que seja viável para eles de alguma maneira, mas na análise, isso eu estou estimando, não tenho os dados em mão. E como seria uma análise do potencial hidrelétrico? Eles pegam a régua da hidrologia de 1970 até 2014, por exemplo, e determina, se de 1970 até 2014, o rio se comportava dessa maneira, espera-se que nos próximos anos vindouros continue assim. Mas, há uma falha no argumento. Qual é a falha no meu ponto de vista? Eles estão falando o seguinte: As condições do passado vão se repetir no futuro e eu acho que não levando em consideração, por exemplo, o aquecimento global, problema que já estamos vivenciando. Então, a temperatura está aumentando muito e aqui irá aumentar em média, dois graus. E ainda, uma das consequências é que nossas águas estão diminuindo. Eu acho que essa hidrelétrica irá ficar menos de trinta anos. Por quê? Porque a quantidade de água na Bacia está diminuindo, porém eles não me apresentaram esses números, eu precisaria ver. Então, dado isso eu acho que a chance de acontecer o que aconteceu no Kuluene também é grande aqui. Mas, eu estou somente estimando, eu não tenho os dados para fazer uma afirmativa correta de como o rio está se comportando. Posteriormente à explanação, o Sr. Edson, professor universitário também diz. A pergunta que eu queria fazer ou alguém pode me responder é: Houve algum impacto para a saúde pública nos municípios dessa região? Vou dar um exemplo meu. Eu terminei o meu doutorado no ano passado. Eu trabalhei nele com a Malária em uma região onde foi construída a Usina de Jirau em Porto Velho, Rondônia. Eu coletei material próximo a Usina e asseguro que lá hoje, em Porto Velho o problema sério é a Malária. No entanto, há a leishmaniose e vários outros vetores transmitidos pela doença. Eu quero em primeiro lugar parabenizar o professor Dilermando da UFMT e eu gostaria de saber do senhor se tem algum estudo nesse Projeto, pois não o li, sobre os impactos na saúde pública e os vetores tipo flebótomo, leishmaniose, plasmódio que irão aumentar? E se existe algum estudo desses vetores nesses lugares que vão ser alagados no rio e que irão influenciar no aumento dos índices de parasitoses aqui em Barra do Garças e toda região? Antes, da resposta, o Sr. Presidente afirma que todos já perceberam que o Professor Dilermando é o grande especialista no assunto. E

para ficar mais cômodo o convida para ficar na Mesa. Então, o Professor responde e diz. Em termos de saúde pública tem o estudo, mas a melhor pessoa para falar desses efeitos é a Dra. Sinara, pois ela que trabalha com a saúde pública aqui em Barra do Garças e acabou de chegar. Ela pode responder melhor a questão dos estudos relacionados a zoonoses feitos pelo empreendedor. Assim, a Dra. Sinara se manifesta dizendo. Boa tarde. Meu nome é Sinara, sou bióloga, há doze anos trabalho na Secretaria Estadual de Saúde e acabei de terminar um doutorado em Leishmaniose. Eu analisei o EIA-RIMA e percebi algumas coisas fundamentais. O tempo de coleta foi muito curto para realmente listar quais seriam as espécies de insetos vetores presentes na área de influência direta e indireta. Eu sempre tento relacionar na área de saúde pública, tanto a parte de vetores que transmitem as doenças, os seus reservatórios que seria os animais que serviriam como ponte e a população humana. É muito claro que eles citaram que haveria a possibilidade de aumento da população de transmissores de Malária por conta dos criadouros e também, de Febre Amarela Silvestre, igualmente por conta de criadouros. Só que quando eles foram analisar as doenças que mais atingem a nossa região que seriam a Dengue e a Leishmaniose, eles simplesmente não identificaram quais são as espécies presentes de transmissores de Leishmaniose da área de estudo. Foi até questionado durante as outras Audiências porque não chegou a nível de espécie. Por conta de que é cientificamente aprovado que quando você faz uma interferência ambiental, em algum empreendimento que tem impacto ambiental, a fauna de insetos vetores aumenta. Então é claro e nítido a importância desse estudo e eles simplesmente não falaram quais são as espécies. Para vocês terem uma ideia, no Brasil nós temos quatrocentas espécies. Existem umas que são principais e toda a nossa região é endêmica para esses insetos vetores. Então assim, tem o ponto que eles não colocaram que seria, quais seriam essas listas e outro ponto que eu fico me perguntando em relação a esse impacto é eles vão levar a fauna desses animais reservatórios hospedeiros, que seriam raposas e gambás para área periurbana, principalmente em General Carneiro, que é o município que será mais atingido em relação a problemas de doenças vinculadas a insetos vetores. Outro ponto

importante é que nós temos na região, transmissores da Doença de Chagas e não foi nem citado dentro da lista de insetos vetores, como no caso, o barbeiro. Enfim, eu cheguei bem no meio da pergunta e não sei se foi isso que perguntaram. Foi isso? O Sr. Presidente responde a ela que foi isso mesmo. Na sequência, outro participante se manifesta e diz. Meu nome é Andréia e sou da Zona Rural. Eu queria perguntar para o representante da SEMA, se as leis ambientais são iguais para todos? Logo, o Assessor Jurídico e no presente momento o Presidente dessa Audiência, Dr. Heros Pena responde dizendo. Eu irei responder para senhora como advogado. O pedido que veio para essa Casa é do Ministério Público Federal, então pelo menos demonstra que é essa a intenção do órgão fiscalizador e ainda, já chegou um pedido do Ministério Estadual também de estar tentando aplicar essa lei de forma igualitária para todos sim, inclusive para a Usina. A intenção há. Assim, a Sra. Andréia se manifesta novamente e diz que muitas vezes, os produtores precisam fazer, por exemplo, uma cacimba e não conseguem fazer devido às leis ambientais. Continuando, o Vereador Weliton Andrade da Silva diz. Eu cumprimento a todos os presentes. Eu queria aqui fazer uma sugestão ao nobre professor, se o senhor poderia e teria tempo de fazer essa mesma apresentação que o senhor fez aqui com os slides e tudo mais para as redes de televisão de Barra do Garças porque na Audiência Pública veio somente em torno de quinhentas a mil pessoas, fazendo isso automaticamente o senhor conseguiria abranger a maior parte da população. E pegando uma parte na fala do companheiro Deusdet, seria interessante que nós organizássemos um abaixo assinado bem elaborado e coletássemos as assinaturas nas quatro cidades que seriam, General Carneiro, Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia, pois seriam as mais prejudicadas na construção dessa usina. E a Constituição Federal é clara dizendo que o poder emana do povo. Se a maioria da população aqui de Barra do Garças, General, Pontal e Aragarças assinar “Não”, automaticamente eu acredito que nós conseguiremos derrubar a construção dessa barragem aqui na região. Seria essa a sugestão para o nobre Professor e esse abaixo, no qual, poderia estar colhendo a assinatura dessas quatro cidades. Continuando, mais um participante diz. Boa tarde. Eu sou Wilson. Eu estudo Direito na Cathedral.



É só uma questão simples. Se há a necessidade de energia, no caso, a demanda e perante a hipótese de que pode não ser viável a nossa região, uma hidrelétrica, qual um substituto, já que há a necessidade? O Professor Dilermando responde dizendo. Irei rascunhar uma resposta. A questão que existe é a demanda de energia e tem uma política elétrica para isso. Essa política elétrica é desenvolvida pelo Governo Federal via Ministério de Minas e Energia. O que tem que ser feito é pressionar o Governo Federal para mudanças nesse padrão. Eu falei mais cedo na rádio Difusora que construir barragens é lucrativo. Tem uma verdadeira indústria “barrageira” que ganha muito dinheiro construindo barragem e o perfil nosso de produção de energia é hidrelétrico. Mas, tem alternativas? Tem. Uma alternativa que está crescendo muito nos últimos leilões do Ministério de Minas e Energia é a alternativa eólica, principalmente no Nordeste. Hoje, já existe parque eólico que produz quase o que a Belo Monte irá produzir, com menos impacto. Eu acho que são números do Professor Pinguelli, não estou lembrado de quem é ao certo, mas, por exemplo, nós perdemos mais de trinta por cento de energia produzida nas hidrelétricas por transmissão. Países como o Japão perdem menos de dez por cento, ou seja, a gente perde de trinta a quarenta por cento só em transmissão, isso é muito. Será que nós não poderíamos melhorar a transmissão antes de colocar mais barragens? Tem outros números que falam que se nós partíssemos para aquilo que chamamos de repontencialização das hidrelétricas que já existem, ou seja, basicamente trocar as turbinas por turbinas mais eficientes, nós teríamos ganhado na ordem de dez a quinze por cento e tem alguns que falam em até vinte por cento. Então, se repotencializar o que se tem e melhorar a transmissão, estaríamos ganhando cerca de quarenta a cinquenta por cento da energia que já se produz sem colocar uma barragem. Portanto, como que muda isso? Com a pressão política em cima do Governo Federal porque existe uma determinação. Nós somos uma Federação, não uma Confederação, então os Estados estão submetidos a uma lei maior que é o Governo Federal. Então, nós temos que mudar a matriz. Imediatamente, o representante da OAB solicita a palavra para complementar a fala do Professor Dilermando e cita que seria também necessário um reajuste com os contratos das concessionárias de energia para cobrar essa melhor

eficiência deles. Prosseguindo, mais um participante faz uso da palavra e diz. Meu nome é Tiago e eu estava vendo o estudo de impacto ambiental e lá eles trazem que, com o enchimento da barragem haverá um impacto ambiental de primeira ordem sobre a área acima da barragem que seria o aumento do nível do lençol freático. Só o enchimento do lago parece que são cerca de doze quilômetros quadrados, o que se estima que sejam um milhão e cem mil árvores que serão suprimidas. Eu fico pensando que com a modificação da altura do lençol freático haverá em algumas regiões que eram permanentemente secas, afloramentos de águas, bem como também a mortandade de árvores na região periférica, ao redor do lago porque aquelas árvores não estão acostumadas com aquele regime hídrico. Eu gostaria que esse questionamento fosse levado aos técnicos e que fosse esclarecido. Um participante então, imediatamente responde dizendo. De fato tem essa previsão na área de interferência do reservatório, de haver uma subida do nível do lençol freático e eles colocam esse fato como sendo algo positivo e não mencionam essa possibilidade que você levantou, de isso atingir espécies da vegetação que não são típicas de áreas de níveis de águas subterrâneas superficiais. Então, não tenha dúvida que essa consequência que você apontou, ela seguramente vai existir e mais do isso, a questão da elevação do nível das águas dos lençóis irá potencializar alguns processos erosivos que já acontecem na margem do rio. Alguns sulcos erosivos que existem ortogonalmente no canal do rio, com a subida desse lençol poderão virar um processo erosivo mais agressivo que são as voçorocas, então elas se desenvolverão lateralmente e inviabilizarão áreas agricultáveis, que tem potencial de uso e ocupação para outras formas. Portanto, além desse fato que você mencionou da vegetação que não é típica de áreas de níveis superficiais, elas serão afetadas, certamente irão sofrer as consequências desse lençol alterado. E ainda tem a questão que foi negligenciada também no estudo de impacto ambiental, que seria a potencialização de alguns processos erosivos que já existem e estão presentes nessa região que irá ser alagada. Nós temos alguns colegas da área de botânica aqui que talvez possam complementar a minha resposta, como a Professora Maryland. Então, aproveitando a fala, a Professora Maryland diz. Nós da Universidade Federal de Mato Grosso temos

vários professores que estão procedendo uma análise um pouquinho mais pormenorizada desse estudo de impacto ambiental e nós vamos apresentar até o final da semana que vem, uma documentação técnica, fundamentada apontando omissões e negligências que foram por nós identificadas nesse estudo de impacto. Nós iremos apresentar isso para os procuradores, Estadual o Dr. Marcos Brant e também o Federal Dr. Wilson Rocha para que os Ministérios Públicos, Estadual e Federal possam atuar no sentido de solicitar uma complementação desses estudos para que o órgão ambiental possa sim fazer uma análise da viabilidade ambiental desse empreendimento com dados, devidamente fundamentados. O que ainda na nossa análise até o momento, nós entendemos que essa fundamentação ainda não existe e não está totalmente consolidada nos trabalhos apresentados pela equipe empreendedora. Nesse instante, o Sr. Presidente diz que os índios Bororós da Aldeia Meruri pediram para fazer para todos uma pequena apresentação de canto e dança cultural com o Sr. Helinho, Chefe da Cultura Bororó do território Meruri, na qual, eles irão cantar a música “O Choro do Rio Garças”. Então, os índios fazem sua apresentação nesse momento. Depois, o Cacique Eneldino se anuncia na língua indígena. Posteriormente, um dos indígenas traduz o que, o Cacique falou na língua portuguesa e diz. Boa tarde a todos e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Mesa da Câmara. Eu vou dizer na língua portuguesa para que todos entendam e também reflitam sobre o que o nosso grandíssimo Sr. Chefe da nossa cultura e também Cacique disse. Ele disse o seguinte: “Eu estou muito preocupado, triste, agoniado, meu coração palpitou bastante, quase concomitantemente porque há uma obra a acontecer e isso afetará nossos filhos, o meu povo, os velhinhos e as mulheres diretamente. Estou preocupado, também porque nesse rio reside os meus ancestrais e nossos espíritos. Por que isso está acontecendo? Por que vocês estão fazendo isso conosco, com o meu povo? Eu clamo em nome do rio. O rio clama por nós, ele chora e pede socorro. Mais uma vez, eu repito, eu estou muito triste, tristíssimo. O rio está chorando. O nosso povo vai sentir muito isso. Isso afeta tanto o nosso mundo físico, quanto o nosso mundo cosmológico, pois tem lagoas rio acima, onde diretamente reside o espírito do boy bororo, os de nossos ancestrais. O que é isso? Eu peço encarecidamente aos não-indígenas,

é claro em específico ao Sr. Empreendedor desta obra. Poxa, vamos compreender o Povo Boy, o rio, a natureza, uma vez que nós somos verdadeiros guardiões desta terra, da natureza e deste rio. O rio clama e chora, nós sentimos isso, mas mais uma vez peço encarecidamente somos um povo, somos pessoas e é por isso que designamos Boy, somos gente com consciência, memória e pessoas que têm razão. Somos racionais, não irracionais. Peço muito bem a todos que divulguem a minha palavra como Cacique a todo canto do Estado Brasileiro e a toda sociedade indígena que faz parte da sociedade brasileira. Peço novamente que divulguem isso, nós estamos aqui fazendo um apelo em nome do Povo Boy e todas aquelas pessoas que lutam também pelo um ambiente livre e sadio, pois é a natureza. Um dia, ela há de nos sacrificar e nos penalizar. Mas, por quê? Por que razão? É por nossas próprias atitudes, predatórias e discriminatórias”. Portanto, é isso que o nosso grande Cacique expõe perante todos aqui e eu peço desculpas por não me designar logo no princípio da minha fala. Eu sou Valdir “Etiraytiba” (por ser palavra indígena, a grafia pode não estar correta). É isso que o Cacique passa a todos. Muito obrigado. Posteriormente, o Sr. Presidente informa que os indígenas irão ler uma carta que escreveram de repúdio contra a usina. Assim, o indígena Idelfonso, antes de ler a carta diz. Boa tarde, eu me chamo Idelfonso na língua portuguesa. Temos uma carta aqui, instrumentalizada dizendo todo o nosso sentimento, nossa angústia, nosso medo e revolta contra a construção de usina. Assim, o mesmo lê a carta nesse momento. Depois, o Sr. Presidente concede o uso da palavra ao Vereador Dr. Joãozinho, o qual diz. Eu tinha prometido e combinado com o Professor Kiko que nós não falaríamos mais, mas ainda eu vou dizer aqui uma coisa que eu estou ansioso por dizer. Hoje, todos nós lamentamos a ausência dos representantes da empresa encarregada da obra. Então, eu vou dizer a cada um de vocês. É indiferente, se a empresa está ou não aqui. Estivesse a empresa ou não, por qualquer dos seus representantes aqui hoje, seria alguém que não tem poder de decisão e que estaria aqui para dar, talvez explicações técnicas e conhecimento técnico, mas que não movimenta as cartas. Esta é uma realidade que nós precisamos ter ciência. Da mesma forma, o grande acontecimento hoje aqui senhores, é a presença de cada um de nós

porque daqui é de onde com certeza, pode e sairá a resistência a esse fato social. Somos nós. Se nós agora sairmos do encerramento dessa Audiência Pública e voltarmos para nossa casa, para o nosso mundo, o nosso quadrado e nossos problemas cotidianos e não conseguirmos nos mobilizar, tudo isso terá sido em vão e uma grande perda de tempo. Então, é fundamental, não importa se eles não virão, o que importa é a nossa capacidade de nos mobilizarmos. Isso sim é importante. Aqui há doutores, professores, acadêmicos, representantes das comunidades indígenas, enfim. Aqui há gente com qualificação e eu tenho certeza, com vontade de se mobilizar. Nós estamos no século XXI, terceiro milênio, época das mobilizações. São as mobilizações que são as grandes responsáveis pelos acontecimentos e pelas mudanças no mundo. Esta é a minha derradeira fala. Convidar cada um que está aqui, não sei como, não vou dizer como. Para todos aqui que nós façamos outras Audiências, independentemente da presença deles porque nós somos a resistência e é a nossa mobilização quem pode e com certeza, se realmente vier a se efetivar, quem mudará esse status, essa situação. Obrigado. Logo depois, o Sr. Presidente anuncia que o Cacique José Maria também irá fazer uso da palavra. Imediatamente, o Cacique diz. Boa tarde aos nossos Vereadores de Barra do Garças que nos cederam o espaço aqui, do qual, como membro da sociedade barra-garcense, sempre estive aqui para escutar programas para o bem do nosso povo e da região municipal de Barra do Garças. Agradeço a Mesa por conduzir esse evento de diálogo e informações. A informação e a educação do meu tio que me deixou, é que nós comunidade indígena temos muito a lutar porque o lema dele era que, meu povo tem que estar sempre atento, pois a luta sempre continua. Realmente é como povo Xavante e Cacique da Aldeia São Marcos que estamos solidários aos nossos irmãos Bororós, os quais, eu em particular, os considero, sou irmão deles e eles são meus irmãos. Muitos deles jovens e os adultos que não estão mais aqui me conhecem bem. Parece que o nosso povo, como o povo brasileiro tem um lapso de memória, quer dizer, no Art. 225, § 4º, da nossa Constituição Federal fala: “O meio ambiente é direito de todos”, para poder vivermos com a qualidade sadia e impondo-se o direito da coletividade de defendê-lo e preservar a natureza, para as futuras gerações. Nós, comunidades indígenas e enquanto Xavantes e

demais tribos no Brasil somos defensores da natureza. Estou solidário com esta plena luz do saber da nossa Constituição em relação ao meio ambiente. Vamos defender a natureza. Eu estou pronto. Estamos prontos para somar e defender o rio Garças. Ninguém sabe se daqui dezenas de anos, irá secar o rio, como já está secando muitos rios do nosso Brasil por causa de depredação. Então, meus irmãos Bororós estão aqui para defender o direito de viverem com a qualidade boa da água do rio Garças e também não posso deixar de mencionar que para o rio das Mortes também há projetos do Governo para construir hidrelétricas naquela região. Nós temos outros mecanismos para que haja a energia, como eólica e placas solares, porque não compartilhar esse pensamento e essa vontade. O Professor Dilermando fez a explanação mostrando os geradores triturando e o que isso quer dizer na vida real? Que esses empreendimentos irá nos triturar também. Triturar os Bororós, Xavantes, os ribeirinhos e impactando ainda a vida cultural do nosso povo tão belo e bonito, os Bororós aqui presentes e do meu povo Xavante também, o qual, não escapa desse Projeto. Então é assim Doutor, meu grande amigo que muitas vezes me auxiliou aqui nesta Câmara. Agradeço a vocês aqui presentes e meu amigo José Roberto. Há quinze anos nos tornamos amigos e nunca confrontamos nossas ideias referentes ao meio ambiente. Desta vez, eu vou te confrontar, IBAMA-Instituto Brasileiros de Recursos Naturais Renováveis, conceituado órgão do Governo está aqui para preservar e não para dar uma licença prévia de instalação de construção das usinas hidrelétricas. Nossa luta não será em vão. Acabamos de ouvir as sociedades, barra-garcense, pontalense e aragarcense que aqui estão, dispostas a se unirem. Muito obrigado e boa noite a todos. Seguidamente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Cacique Juvenal, o qual irá falar na língua indígena. Então, o Sr. Adriano, também indígena comenta antes, que quer somente fazer uma prévia explicação de qual é a posição social desse senhor no povo Boy. E ainda cita que o Cacique Juvenal representa o pai espírito deles já falecido, ou seja, ele é pai de alma. Então, ele é muito importante no meio deles. Ele é uma pessoa respeitada pelo povo Boy Bororó e irá fazer o uso da palavra na língua Boy Bororó. Assim, o Cacique Juvenal se expressa. Posteriormente, o Sr. Adriano traduz o que o Cacique Juvenal falou e diz. Bem, o que o nosso

respeitável Sr. Juvenal, pai de alma relatou é de extrema importância e é por isso que eu gostaria muito que todos prestassem bem atenção e ainda, que toda filmagem se direcionasse a mim. Ele relata o seguinte: “Eu estou muito triste, tristíssimo. Eu estou preocupado, muitíssimo preocupado. Estou preocupado porque o rio Garças é o que abastece a nossa dieta alimentar que é o peixe. O povo Boy, o homem Boy, ele levanta de madrugada e no período da tarde para ir ao rio Garças, para pescar o alimento para sustentar o seu filho, sua esposa e os velhinhos. E agora? O que será de nós? Mas, eu explico ainda que é neste rio que está embarrado todos os córregos e riachos que embicam no rio Garças. Eles clamam e choram. Eles pedem socorro. Falo os nomes de cada riacho começando desde nossa divisa, o rio onde há a morada do espírito Ayde (por ser palavra indígena, a grafia pode não estar correta), o nosso grande protetor e protetor do rio. Ele mora no rio. O nosso riacho Pedra Vermelha, o qual, também imbica no rio Garças, igualmente está triste e chorando. Ele clama por socorro. Tem ainda os riachos, Peixe Corimba, Barra dos Patos também estão tristes e clamam por socorro e salvação porque eles estão matando sua mãe, ou seja, o rio Garças. Estão desmembrando a sua mãe porque ali corre a veia. Também porque ali é a seiva do nosso espírito. Então, está acabando e isso me preocupa bastante, não só com a sociedade Boy, mas sim com a sociedade não-indígena também. Porque eu ressalto ainda que, é na beira desse rio que Payarão (por ser palavra indígena, a grafia pode não estar correta), pai de muitas almas vai com sua cabaçinha esperando o seu filho voltar da pesca, o qual, ele trará para o seu povo o alimento do dia. E agora, o que isso irá nos causar? Isso é preocupante. Eu estou muito triste e preocupado. Isso está afetando muitíssimo, não só a parte física do ser humano, como um ser Boy, mas sim também a parte cosmológica, ou seja está afetando a nossa ideologia como um povo nato desta terra. Estou muitíssimo preocupado. E agora, como será o futuro desse rio e do ser Boy, do povo Boy? E agora? Será que o povo branco, não-indígena tem consciência ou não? Afinal de contas, nós somos todos seres humanos com razão e consciência, mas o povo branco, com grande respeito, há brancos que não levam consigo essa razão de ser consciente, solidário, que preserva a natureza, que respeita seu semelhante, seu próximo,

seu parceiro, irmão e amigo. E mando ainda, um recado direcionado ao empreendedor: Minha mãe e pai me aconselharam a não invadir o habitat do próximo, não maltratar o próximo e não criticar o próximo de maneira arrogante. Eles me ensinaram a não fazer ato de barbaridade com o meu próximo e a não xingá-lo. Por que razão? Para que ele não venha a me criticar e me agredir fisicamente e verbalmente também. Esse é o modo educacional do povo Boy. E agora, esse tal senhor, será que a mãe e o pai dele não o aconselharam? Será que ele não teve uma boa educação na vida? Será que ele não tem pai e mãe? Será que ele não tem filhos? Isso é preocupante. Mas, eu não estou brigando com vocês ou esse tal senhor, eu estou apenas fazendo o uso da minha palavra para que a sociedade não-indígena reflita, profundamente, como um ser vivente, de alma e de espírito. Muito obrigado”. Posteriormente, o Sr. Presidente avisa que o Sr. Pedro, indígena também irá fazer o uso da palavra. Então, o Sr. Pedro diz. Boa noite a todos. Todos nós somos brasileiros. Brasil que aos poucos está nos perdendo. Isso não adianta para nós, o sofrer. Essa oportunidade de estar aqui, eu agradeço em primeiro lugar ao nosso Deus. Nós todos somos brasileiros, mas eu irei dizer que estão ocupando nossa mesa e nossa autoridade. Nós merecemos respeito. Portanto, nós todos somos seres humanos. Isso é um problema muito sério. Esse Projeto é muito triste. É um mal que já apareceu na região de Campinápolis, onde eu resido. A empresa não está dando certo, então meus irmãos que está aqui se manifestando eu agradeço eles. O nosso Decreto nº 169, ninguém está respeitando. Então, isso é uma vergonha. O Governo desrespeitou o nosso Decreto nº 169. Eu não queria que isso acontecesse. Lá nós perdemos. A empresa PCH nos prejudicou e isso eu não quero que aconteça com os meus irmãos que estão aqui. Isso eu não queria. Como nós vamos nos alimentarmos? Hoje, no rio Couto, o peixe Matrinchã não tem por causa de barragem. Tudo isso é prejuízo, barragem é miséria. O que estamos vivendo é uma crise, por isso a natureza está acabando e mudando. Acontecerá poeira, chuvas fortes. O clima de nosso Mato Grosso é complicado, ventos fortes, a chuva que não sabemos que dia irá vir. Então, isso está acabando com a nossa natureza. Eu me manifestei em nome dos meu irmãos e irmãs que estão aqui. Lá nós estamos sofrendo. Quando eu pesco não pego



nada, nem Matrinchã. Hoje, não estamos nos alimentando. Isso é a prova, nós estamos perdendo. Por isso, meus irmãos e minhas irmãs que estão aqui, eu não queria que isso acontecesse. Recusem e cancelem logo. Pronto. Para não realizar uma barragem porque a barragem acaba com a natureza. Quando realiza uma barragem, há doenças. Eu estou me manifestando aos senhores que estão ocupando a Mesa. Digo a vossa pessoa. Vamos cancelar esse Projeto. Seguidamente, a Sra. Nayane usa a Tribuna novamente e diz. Minha fala agora é direcionada exclusivamente, à comunidade indígena. Os meus estudos é em relação, no que há de se observar o interesse da construção dessa barragem. Na questão da energia elétrica, no nosso Estado qual o consumo de energia? Quem mais consome energia no nosso Estado? E quem será de fato beneficiado com esse Projeto? Quem mais consome energia não é população civil. Quem mais consome energia são as indústrias. Agora, eu não sei como a agricultura vem utilizando essa energia porque minha área é jurídica, então eu não tenho muito conhecimento. Nós vivemos numa sociedade capitalista e as indústrias e fábricas tem um intuito de lucro e não importa qual cultura eles matem. Não importa a natureza ou o rio que eles destruam. O Sistema Capitalista vem sim, destruindo as nossas culturas, matas e natureza. Então, é o momento de nós refletirmos também, quem tem interesse com a construção dessa barragem, a quem vai servir, que culturas vão destruir, que povos serão atingidos e quem irá lucrar em cima disso. Porque é esse o objetivo deles. Então, toda a minha admiração e máximo respeito aos representantes das comunidades indígenas aqui presentes. Máximo respeito de coração. Nós estamos firmes e vocês podem contar com o Movimento Estudantil nesta luta para barrar essa barragem. Nós somos da luta, não temos interesse político e temos interesse sim, de manter as culturas e tradições regionais dos povos tradicionais porque vocês são os povos tradicionais. Então, é com esse intuito que nós queremos travar luta com vocês e mais uma vez, máximo respeito a todos que vieram, que falaram e que estão lutando contra esse grande monstro. Como já disseram aqui, isso é o grande monstro que está destruindo um familiar de vocês que é o rio. O nosso Sistema Capitalista é forte, grandioso e que para vencê-los, nós temos que ser muito fortes e nós vamos nos unirmos para poder vencer e conseguir manter os nossos

rios, matas, culturas e os povos tradicionais. Para que? Como foi falado sobre a questão do peixe que vai parar de ser pescado. Como isso irá influenciar a alimentação dos povos indígenas? Que tipo de alimento, então os povos indígenas irão passar a consumir? Comida industrializada? Comida que dá doenças? Quem irá lucrar com isso? É muito importante nós levantarmos esses questionamentos para travarmos nossa luta. Obrigada. Sem demora, o Sr. Presidente informa que para encerrar a última fala, o Sr. Pedro irá responder a pergunta da Sra. Nayane. Então, o Sr. Pedro diz. Prazer em conhecê-la. Eu já fui à Itaipu, em Foz do Iguaçu. Lá o Paraguai que está mandando energia para nós. Quem vendeu? Eu não sei qual o Governo. Meus irmãos e irmãs que estão aqui pintados, eu já andei tudo, qualquer estrangeiro. Então digo, o Governo do brasileiro não respeita ninguém porque nós indígenas estamos em todo o Brasil, mas só que falta consideração e respeito. Eu entendo que o Projeto sempre vai prosseguir, mas tem que freiar porque meus irmãos e irmãs que estão aqui não estão concordando. Portanto, o Decreto nº 169 quem irá respeitar? Juiz ou promotor que vai respeitar? Nós somos pessoas, não somos bicho. Nós somos cidadãos brasileiros. Vamos dialogar primeiro. Não é assim não. A Audiência Pública é uma vergonha para mim. Na verdade, Audiência Pública para mim é uma geral, qualquer etnia pode reunir. Agora, os meus irmãos e parentes Bororós, não venham destruir eles não. Nós estamos juntos com os Xavantes. Eu não quero isso para mim. Estou aqui só me manifestando a vocês que estão ocupando a Mesa. Logo após, o Padre Andelson também se manifesta. “Boa noite, eu quero saldar o Presidente, às autoridades e os indígenas. Eu sou o Padre Aldelson, de nome indígena Koenal (por ser palavra indígena, a grafia pode não estar correta) e quero dizer da alegria de participar desse momento nesta tarde, até porque nós missionários salesianos estamos nessas terras desde 1902, com o povo Bororó e logo em seguida com o povo Xavante. E a marca do nosso trabalho é a defesa da vida, do rio Garças e a vida dos nossos povos indígenas. Hoje, na aldeia, é bom que todos saibam que as nossas nascentes estão todas secando. Isso porque, há a nossa volta o agronegócio. Nós todos sabemos que precisamos de indústrias e alimentos, mas toda essa necessidade não pode levar a morte da natureza porque se não existir o meio ambiente, não

vai existir vida. Então, que mundo nós vamos deixar para os nossos parentes futuros? Portanto, pelo o que nós estamos fazendo hoje, nós já sabemos que o nosso futuro não traz coisas muito alegres para nós não, por isso que este momento foi muito precioso e mais do que nunca nós precisamos nos unir. Não só os povos indígenas, mas o povo de um modo geral, nós nos acomodamos e eu penso que esta é uma oportunidade, e do ponto de vista da fé, eu digo que Deus está nos dando, para nós sairmos de nossas cadeiras para lutarmos por aquilo que acreditamos. E nós acreditamos que o nosso futuro passa pela defesa da natureza e pelo cuidado, sobretudo daqueles que são os guardiões, os nossos povos indígenas. Muito obrigado. Em seguida, o Sr. Presidente informa que para encerrar a Audiência, o Sr. Agnaldo Bororó dirá algumas palavras. Ele cumprimenta a todos e diz. Eu agradeço a Mesa pelo convite a todos os Meruri e ao Cacique Neodino que chegou na hora exata. Nós fizemos questão de estar aqui nesse Plenário com os guerreiros e guerreiras para mostrar que nós somos contra essa usina. Quero contar um detalhe. Mês retrasado nós prendemos um pessoal da empreendedora lá na Aldeia Meruri e foi então, que eles se manifestaram e mostraram um documento que era o licenciamento dado pela SEMA de Cuiabá e daqui de Barra do Garças. Alguns pertences foram prendidos e outros estão lá na aldeia conosco. Mas, isso chamou a atenção do Secretário do Estado que veio a General Carneiro para conversar com o Cacique, então ele foi ouvido e o Cacique também falou o que queria e cobrou a presença da FUNAI, SEMA e IBAMA que desrespeitaram o povo Bororó. Após essa última fala, imediatamente, o Sr. Presidente da Audiência Pública, Dr. Heros agradece a presença de todos e em especial, aos técnicos que compartilharam seus conhecimentos com todos, ao Professor Magno da UFMT, ao Cacique Mariano e todos outros Cacicques presentes e acrescenta que de pouco tempo que está aqui nesta Casa, raras vezes viu um exemplo de união, fraternidade e amor em torno de um ideal como o que os indígenas demonstraram hoje, pois estavam presentes todas as tribos, esquecendo as desavenças ou qualquer problema e unidas em prol de ajudar umas as outras. Parabéns, vocês ensinaram uma grande lição hoje. Esperamos ter aprendido muito com vocês. Então, é isso que eu queria dizer. Boa noite e muito obrigado.

---

Em seguida, constatado que não havia mais nenhum orador inscrito declarou encerrada a Audiência Pública. Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.